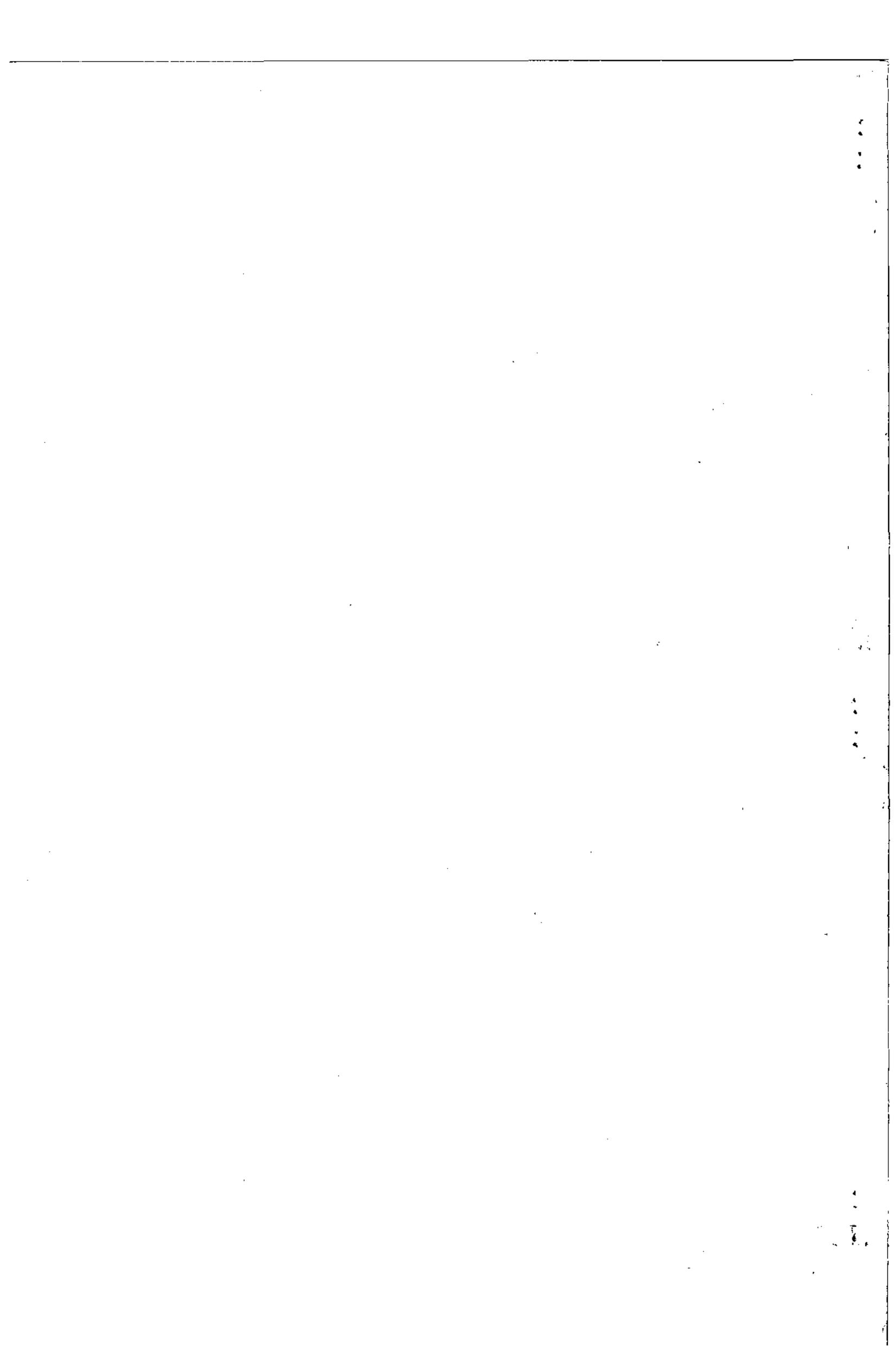


1910

1910



I - INTRODUÇÃO1- O porque desse documento

O presente documento é o resultado de uma série de reuniões realizadas por petistas de todos os cantos de São Paulo, que têm atuação direta no Movimento de Luta por Creches (MLC) ou em órgãos governamentais que trabalham na área creche.

Os objetivos do documento são:

- levar o debate sobre creches para todo o PT;
- fornecer subsídios para elaboração de uma política do PT sobre creche.

A proposta desse grupo é que o documento seja discutido nos núcleos e diretórios e num encontro regional específico sobre creche, a ser posteriormente marcado.

2- Histórico do Movimento

O Movimento de Luta por Creches, começou a estruturar-se enquanto movimento, a partir de 1979 quando da realização do I Congresso da Mulher Paulista. Até então existiam grupos organizados isoladamente em vários bairros, sem que houvesse alguma forma de união e coordenação mais sistemática.

Até este momento, os movimentos de bairro caracterizavam-se de forma geral, em levar uma luta de caráter predominantemente reivindicatório, surgidos basicamente dos clubes de mães ligados a Igreja, Sociedade de Amigos de Bairro, etc, organizando abaixo-assinados, indo e voltando várias vezes à Prefeitura.

Com a tentativa de estruturação do Movimento Geral de Creches, buscou-se dar um caráter mais político ao movimento, como se percebe através da leitura do documento inicial do 1º Encontro de 1979, quando foram levantadas as seguintes questões:

- creches de administração pública, construídas e mantidas pelo Estado;
- participação dos pais na direção e orientação;
- união de todos os grupos;
- creche como direito da criança;
- educação da criança não é só responsabilidade da mãe, é um dever do Estado.

Num segundo documento, ainda em 1979, levantam-se claramente a necessidade de envolver os sindicatos nesta luta e a união de vários bairros, pois através de grandes comissões que foram feitas por esta época, conseguiu-se que a Prefeitura assumisse publicamente a promessa de construção de creches diretas com a participação do movimento, justamente nos bairros aonde o movimento estava mais fortalecido.

Nesse sentido, o movimento propunha a seguinte estratégia:

1. continuar ampliando o movimento pois já se percebia que as primeiras creches seriam construídas exatamente nos bairros onde era maior a mobilização popular;
2. continuar pressionando, porque se sabia que havia verba para creches;
3. informar-se melhor sobre os novos planos oficiais e definir novas táticas;
4. envolver mais os sindicatos na luta. Há necessidade de creches nos bairros e nos locais de trabalho;
5. mostrar melhor a relação entre a luta por creches e a luta pela emancipação da mulher e por melhores condições de vida e trabalho para que essa luta não se esgote aí.

Foi desta forma que a conquista das primeiras creches incentivou a luta em outros bairros, que podiam contar agora com o reforço vindo da união e experiência dos primeiros grupos. Foram organizadas idas em massa à Prefeitura que funcionaram como forma de pressão e de propaganda do movimento.

Foi a partir desta época a formação da coordenação geral do movimento, composta basicamente de elementos mais combativos de cada bairro ou região, sem, no entanto ter se criado critérios para a tirada de representantes. Esses representantes, em determinadas épocas, de maior força do movimento, saiam de assembléias convocadas regionalmente.

Com excessão de alguns poucos elementos a coordenação geral sempre se apresentou de forma bastante flutuante, com épocas de grande participação, mas na maioria das vezes reduzida a um pequeno número, que de outra forma conseguiu manter acesa a bandeira de creche durante estes anos.

Vencida uma primeira etapa com a construção de creches diretas, o Movimento de Luta por Creches reivindicou e conquistou a sua participação no processo de seleção dos funcionários da creche. No entanto, o Governo pensando nos benefícios políticos da oferta de empregos a seus protegidos (época pré-eleitoral - 1982), cortou essa participação, transferindo a seleção de funcionários para a Fundação Carlos Chagas, a um custo exorbitante, quando a seleção anterior, feita pelos técnicos de FABES em nada onerava os cofres públicos.

Em função ainda desta pressão pré-eleitoral, a função de diretor de creche foi transformada em "cargo de comissão", preenchido diretamente pelo Prefeito, sem qualquer tipo de seleção.

Uma segunda dificuldade do Movimento de Luta por Creche foi a de efetivamente concretizar a participação dos pais na direção da creche, pois o que se notou foi, de certa forma, uma acomodação dos mesmos à partir do momento em que se conseguia a creche e, particularmente, a vaga para o filho.

No dia 19/02/83, o movimento realiza uma assembléia que resultou num documento entregue no dia 14 de abril ao Governador que prometeu es- tudar as reivindicações. Este documento reforçou a luta por mais creches diretas, públicas e gratuitas, além de propor outras soluções para os problemas da creche.

Em 17 de abril de 1983 realizou-se um Encontro para discutir am- plamente a situação das creches, que contou com a participação de ele- mentos de todas as regiões de São Paulo.

Essas mobilizações se deram na tentativa de frear a orientação a- presentada pelo Governo do PMDB de não investir em creches diretas, prio- rizando o atendimento feito através de entidades conveniadas, pois logo após a posse do novo Governo ficou claro que a propaganda levada a efei- to durante a campanha de 82, que dava ênfase na questão da participação popular não iria se concretizar. Verificamos, isto sim, que há por par- te da nova administração a tentativa constante de cooptação dos vários movimentos existentes.

Nota-se assim que: a linha de atuação definida pelo PMDB; a par- ticipação conjunta do Movimento de Luta por Creches Conveniadas nas ne- gociações com a Secretária de FABES (nas quais esse movimento alardeou o bom atendimento feito nas creches particulares), uma política de coop- tação e desgaste e as divergências partidárias entre elementos do pró- prio movimento, somando-se a tudo o que já se levantou anteriormente , conduziram ao esvaziamento do próprio movimento.

Nesse sentido propomos este documento, como base para uma refle- xão inicial no sentido de buscarmos propostas e formas de encaminhamen- to dos movimentos populares, a particularmente no caso do Movimento de Luta por Creches, pois o momento exige a união para conjuntamente bus- carmos respostas aos graves problemas que se apresentam.

II - PORQUE A LUTA POR CRECHE DIRETA

A criança não pertence apenas à sua família; toda a sociedade é responsável por ela.

É claro que a criança é gerada na família ou por uma mulher, mas ela cresce e se desenvolve num meio social mais amplo, que influi sobre sua formação e de seus pais.

Assim, os problemas que vivem diariamente os pais e as crianças são sociais e não individuais.

Os fracassos, frustrações e as mais diversas dificuldades que sofrem os trabalhadores(as) em nossa sociedade acabam sendo jogados, na maioria das vezes, nas crianças. O diálogo é substituído pela violência. As crianças, por sua vez, não têm condições de entender os problemas de seus pais (exploração salarial, angústia da fome, doenças etc.) e, assim, tornam-se vítimas daqueles de quem dependem.

Nessa cadeia solitária, filhos e pais vivem dramas impossíveis de se resolverem individualmente ou através de caridade, de assistencialismos imediatistas (como por exemplo a "mãe-crecheira"). Para melhor entender essa situação precária em que vive a maioria das crianças, filhos de trabalhadores (as), é preciso explicar em algumas palavras o funcionamento da sociedade capitalista.

Antes do capitalismo não havia uma separação tão rígida entre o "trabalho fora de casa" (produção) e o "trabalho doméstico" (reprodução). Com o capitalismo, o trabalho produtivo passa a ser feito longe de casa, é assalariado e assumido pelos homens. O trabalho doméstico, em casa, não é assalariado e passa a ser assumido pelas mulheres. Assim, o trabalho doméstico, em casa, fica sendo considerado feminino ("coisa de mulher"), quer dizer, o capitalismo aprofunda a diferença entre o público e o privado.

Atualmente, percebe-se que as mulheres, cada vez mais, estão buscando trabalho fora de casa, seja por necessidade econômica (a maioria), seja por realização pessoal. Já os homens nunca vêm como responsabilidade sua, o trabalho doméstico, dentro de casa.

Desta maneira, o capitalismo além de explorar a força das mulheres, ainda mais do que a dos homens, se utiliza do trabalho não pago das mulheres feito em casa. Sabe-se que o trabalho doméstico - cozinhar, limpar a casa, cuidar das crianças, dos velhos e dos enfermos, enfim, garantir a manutenção (reprodução) da força de trabalho (trabalhador) em todos os sentidos (biológico, ideológico e afetivo) é fundamental para a sobrevivência do capitalismo. Através do trabalho gratuito das mulheres, o Estado se desresponsabiliza pela construção de creches, refeitórios e lavanderias públicas, escolas, etc. Ao mesmo tempo, se as mulheres não fizessem este trabalho gratuito, o nível dos salários teria que ser mais alto para comprar as mercadorias e os serviços que agora são

produzidos no interior da família.

Assim, mesmo quando o Estado substitui parcialmente as funções econômicas, por exemplo, o faz sob pressão, em geral das mulheres que trabalham fora de casa.

O Estado não investe em creches para todas as crianças porque é muito mais barato usar o trabalho doméstico não pago. Essa exploração da família trabalhadora, onde as mulheres são mais atingidas, tem conseqüências sérias na educação dos filhos.

Pelo lado dos homens, como pais, eles caem numa relação distante, ausente e semi-alienada com seus filhos, porque se sentem responsáveis basicamente pelo sustento financeiro das crianças. Quer dizer, ter um trabalho e um salário passa a ser sua responsabilidade maior, ou quase única com a família.

É preciso lembrar como isso é verdade nas situações em que o casal separa-se. É frequente as mulheres sustentarem os filhos sôzinhas porque os pais não os assumem como seus, depois da separação.

Aqui estamos tratando de mostrar que os homens comportam-se desta maneira devido a toda uma educação e também como resultado de uma divisão entre os sexos, que não é uma escolha dos homens individualmente.

Essa divisão sexual do trabalho é criada pelos patrões e pelo governo, pelas razões que explicamos anteriormente e cabe aos homens e mulheres lutarem contra isso.

Pelo lado das mulheres, têm-se duas situações diferentes, dependendo se a mulher trabalha fora ou não. No caso das mulheres chamadas "donas-de-casa", elas servem diretamente ao Estado, pois é mais conveniente que elas não disputem emprego no mercado de trabalho, para ficarem em casa cuidando dos filhos e fazendo outras atividades domésticas que, aliás não são consideradas trabalho real.

Como essa situação vem desde que a mulher é criança, quando ajuda em casa e deixa de ir à escola, temos uma grande parcela das mulheres analfabetas ou apenas com os primeiros anos de escola.

Ora, essas mulheres sem estudo, oprimidas pelas dificuldades diárias para viver e encerradas entre quatro paredes, fazendo tarefas cansativas, monótonas e repetitivas, estão praticamente sem nenhuma condição para educar seus filhos.

Já o cotidiano da grande maioria das mulheres trabalhadoras não é menos opressivo. A dupla jornada de trabalho, quer dizer, o trabalho fora de casa e o trabalho dentro de casa, também impede a existência de uma boa relação com os filhos.

É importante ter presente o aumento do número de mulheres trabalhando fora, nos últimos anos, no Brasil.

É também importante colocar que tem aumentado o número de crianças que nasceram nesses últimos anos no País.

Sabe-se, pelos dados de alguns estudos, que a maioria das mulheres que trabalham fora estão concentradas no trabalho braçal, recebendo baixíssimos salários e são essas mesmas mulheres as que têm mais filhos.

Conclusão: Com quem estão ficando estas crianças ?

A resposta, então, é a seguinte:

1º - A grande maioria das mulheres que trabalha fora deixa seus filhos com parentes ou simplesmente sozinhos;

2º - Outra parcela dessas mulheres deixa com vizinha ou com os filhos mais velhos;

3º - Uma parcela muito pequena deixa nas poucas creches existentes, conforme veremos nos dados a seguir;

4º - E, por fim, as mulheres que trabalham fora de casa acabam se utilizando da "mãe-crecheira" que, como já vimos, não é absolutamente a melhor solução para a educação das crianças.

Essa situação produz problemas conhecidos por todos: crianças doentes, sujeitas a acidentes de todos os tipos, carentes de afeto, desnutridas (é até um ano de idade que morrem diariamente 1000 crianças por desnutrição no Brasil) etc. Crianças com essa vida vão tornar-se, no futuro, marginais, delinquentes ou com problemas emocionais, que dificilmente têm recuperação.

Além disso, as mães, tanto as "donas-de-casa" como as que trabalham fora, no meio de todas essas dificuldades, apalam com frequência a educação à base das surras, espancamentos, castigos, ameaças de todos os tipos.

Não se trata de acusar as mulheres por esses atos, mas de conscientizá-las da necessidade do Estado assumir a educação pública e gratuita das crianças: a creche (0 a 6 anos) e a escola dos 7 anos em diante.

Para as mulheres esta é a melhor solução, tendo em conta que cresce a vontade de uma maior participação das mesmas em atividades sociais: trabalho, estudo, cursos e nas próprias lutas gerais e específicas (aquelas que apenas as mulheres sofrem por serem do sexo feminino).

Para as crianças também é a melhor solução, pois seus primeiros anos de vida são fundamentais para seu desenvolvimento emocional e motor.

Nessa fase inicial, é preciso uma boa alimentação, higiene e saúde para o pleno desenvolvimento físico da criança e, também, estímulos ambientais e sociais para o seu pleno desenvolvimento geral.

A criança necessita conviver com outras crianças para melhor desenvolver suas capacidades de conhecimento do mundo (desenvolvimento cognitivo) e também para o desenvolvimento de suas capacidades afetivas.

Assim, a creche é o local onde a criança pode crescer em melhores condições em todos os sentidos, do físico ao emocional.

É na creche pública direta que os pais, funcionários e moradores devem realizar um trabalho conjunto, que vai construir novos valores e combater as velhas idéias e comportamentos que são divulgados na televisão, na grande maioria das escolas e em outros tantos lugares.

É na creche direta que os pais e funcionários devem discutir e exigir, sempre que preciso, aquilo que consideram ser a melhor educação para as crianças.

Contudo, temos que chamar a atenção para a situação concreta hoje das creches em geral, ou seja, estão muito longe de serem o que desejamos. O prédio, o espaço físico onde está localizado, o material utilizado, até a péssima remuneração dos funcionários estão muito aquém do que se pretende.

III - FORMAS DE ORGANIZAÇÃO E PROPOSTAS DE LUTA

Estas propostas não devem ser vistas como padrão a ser seguido em todos os bairros, pois entendemos que as condições locais devem ser consideradas e respeitadas.

1 - NUMA PRIMEIRA ETAPA DE ORGANIZAÇÃO

1.1- Nos bairros onde ainda não existem creches públicas

Verificamos, pelos vários depoimentos prestados que a luta por uma creche no bairro aglutina pessoas, cabendo portanto a tarefa de organizarmos a população no sentido da conquista desse direito.

A forma mais usual de se iniciar qualquer tipo de organização por bairro é a de se procurar fazer as reuniões dentro das casas das pessoas mais interessadas, convidando-as a que chamem seus vizinhos para que participem destas reuniões.

Outra forma de se iniciar a luta pela conquista da creche é a aproveitando alguma organização - ou movimento - reivindicatório, como por exemplo: "movimento de saúde", "movimento contra enchentes", etc. Nestes casos, a partir de discussões sobre os problemas do bairro pode-se chegar à necessidade da creche. A partir daí, outras pessoas interessadas devem ser chamadas a participar da luta por esta nova reivindicação.

Entendemos ser importante, nestas reuniões, não reduzir a discussão às questões da creche, mas procurar as causas dos diversos problemas que os trabalhadores enfrentam. Assim, estaríamos contribuindo para o crescimento do nível de conscientização da população.

As formas de luta que têm sido discutidas e mais utilizadas são: audiências na Regionais da Secretaria da Família e Bem Estar Social (FABES), audiências com o Prefeito e audiências com o Secretário de FABES. Estas audiências devem ser feitas, de preferência, com o maior número possível de moradores do bairro.

Para estas audiências (assim como para toda a luta) é fundamental que a população se prepare bem, coletando informações sobre: número de crianças do bairro em idade de creche, situação do bairro enquanto existência ou não de creches, terrenos municipais disponíveis para a construção de creches, etc.

É fundamental também que, a partir do momento em que comece a construção de uma creche pela Prefeitura, os moradores continuem organizados para: fiscalizar a construção do prédio, denunciando eventuais irregularidades, participar na elaboração dos critérios de seleção das crianças.

1.2- Nos bairros onde já existem creches municipais em funcionamento.

Nestes locais, a tarefa dos integrantes do Movimento de Luta por Creches é participar da vida da creche, desde o momento do planejamento do trabalho (definição dos objetivos educacionais, propostas pedagógicas, plano do trabalho em geral), durante a execução do trabalho (fiscalizando todos os aspectos: manutenção do prédio e equipamentos, número, qualidade e manutenção dos materiais pedagógicos; higiene, alimentação, desempenho dos funcionários, etc) e nos momentos de avaliação dos trabalhos.

Pelas experiências já vividas, sabe-se que esta participação pode se dar de maneira satisfatória, através de comissões integradas pelos 3 setores envolvidos, ou seja, funcionários da creche, mães e pais das crianças e moradores do bairro. Essas comissões deveriam se paritárias em sua formação devendo tirar representantes destes tres segmentos para que funcionem como coordenação executiva e como representantes daquela creche nas instâncias do Movimento de Luta por Creches e mesmo diante de outros movimentos.

A periodicidade das reuniões dessas comissões, bem como do acompanhamento direto ao trabalho da creche, depende das condições de cada local, porém acreditamos que seria recomendável a realização de uma reunião mensal da comissão para avaliar o trabalho realizado e planejar novas tarefas.

Outra forma de luta importante que as "comissões de creche" devem levar é estimular a criação de grupos organizados de moradores em bairros vizinhos - onde haja necessidade de creche, e onde ainda não exista o movimento.

Esse incentivo pode se dar de diversas formas:- analisando o que deu certo, como foi feita a luta para conseguir a creche, os erros cometidos, como evitá-los, etc; e dando apoio na infra estrutura: boletins informativos, convocatórias de reunião, etc.

1.2.1- QUANTO A PARTICIPAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS NAS DECISÕES NA CRECHE

A participação de todos os funcionários no conjunto das decisões da creche permite a todos possuir uma visão do funcionamento global da creche e sendo assim, assumir em conjunto com a direção os encaminha-

mentos das decisões e suas consequências, numa forma de cogestão e/ou codireção.

Esta participação deverá ser iniciada com a criação de regulamentos que a creche terá para o seu funcionamento.

- Horário de trabalho de cada funcionário;
- Horário de alimentação dos funcionários;
- Organização e divisão no trabalho;
- Atitudes com filhos de funcionários;
- Relacionamento no trabalho;
- Cooperação entre os funcionários;
- Faltas, avisar com antecedência, etc.

Os problemas que surgem na rotina do trabalho (relacionamento, desempenho no trabalho, etc.) devem ser discutidos em reuniões periódicas com a participação de todos os funcionários e todos devem assumir em conjunto as decisões tomadas.

Além das decisões administrativas da creche, os funcionários devem participar das decisões e elaborações do conteúdo dos outros setores de trabalho como: saúde, alimentação, higiene, educação, etc.

É importante que todos os funcionários participem das discussões de todos os setores de trabalho como: a cozinheira e a enfermeira devem participar das discussões sobre o trabalho pedagógico, pois todos os funcionários de uma creche mantêm contato com as crianças e o trabalho da cozinha e da enfermaria deve se adaptar a linha psico-pedagógica que a creche adotar.

Com a população participando ativa e organizadamente dentro da creche, através dos conselhos, comissões, etc., as decisões mais importantes para o funcionamento de uma creche bem como todas aquelas do interesse da comunidade serão tomadas pelo conjunto de funcionários, pais e moradores. Desta forma os funcionários terão seu desempenho mais voltado à população que aos interesses da instituição ou a interesses pessoais.

1.3- Nos bairros onde há creches conveniadas

Nesses bairros, a luta se complica na medida em que muito provavelmente haverá reação por parte das instituições/empresas/fundações contra qualquer tipo de participação da população organizada dentro da creche.

Diante disso, e, seguindo o princípio de que a creche é tarefa do Estado, entendemos que a luta, nestes casos, deve se dar no sentido de converter estas creches em "creches de administração direta". Para tanto, há necessidade de que as discussões se dêem no sentido de mostrar o porquê as creches devem ser um equipamento do Estado e a importân

Em relação as creches já construídas pela Prefeitura, que deveriam ser de administração direta e que foram conveniadas (11 até o momento), a luta deve ser de pressão organizada para retomada imediata pela administração municipal, e a partir daí, o acompanhamento efetivo, por parte dos moradores, do funcionamento da creche.

2 - SEGUNDO NÍVEL DA ORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO

Uma segunda etapa da organização é a delimitação de uma região onde hajam várias creches para a elaboração de políticas unificadas para a região. Esta instância intermediária de organização - COMISSÃO REGIONAL - ganha maior importância quando sabemos que a estrutura da FABES é regionalizada (17 regiões, correspondendo às 17 Administrações Regionais - A.R.)

Essa Comissão regional seria formada pelos representantes das comissões de creche existentes e/ou por representantes dos bairros que estão levando o movimento. Nas experiências existentes existem pequenas diferenças no número de representantes que participam das Comissões Regionais. Há consenso de que a tirada destes representantes deve ser feita em reuniões amplas do Movimento, e que se utilize o processo de votação. É muito importante que se discuta bem o porquê destes representantes e da necessidade da ajuda de todos para que o representante possa realizar bem suas funções.

Em tempos difíceis como o que estamos vivendo a necessidade de criação de um fundo de luta é de vital importância porque ele servirá para fazer algumas despesas dos representantes para a confecção de boletins de divulgação, etc..

3 - A NÍVEL DE ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL - COORDENAÇÃO UNITÁRIA

Há concordância quanto à necessidade de haver uma coordenação unitária para o movimento na cidade, devendo-se evitar duplicidade. As funções da coordenação são:

- possibilitar a troca de experiência entre os vários participantes dos vários bairros tendo em vista a realização de atos conjuntos e a unidade do movimento;
- levantar as várias propostas de luta existentes, e oportunizar discussão sobre as mesmas.

Durante as reuniões realizadas, levantaram-se duas visões quanto à composição da coordenação.

A primeira visão propõe que esta coordenação seja composta de cerca de 20 representantes.

IV - CONTINUIDADE DO TRABALHO

O grupo que elaborou o presente documento pretende continuar se reunindo, agora, como integrantes da Comissão de Movimentos Populares do PT para discutir pontos que considera serem fundamentais para o entendimento global da questão das creches:

- critérios para a escolha das crianças que entrarão na creche;
- processo de seleção para escolha dos funcionários das creches;
- ação de petistas que são funcionários de FABES, técnicos;
- conteúdo educacional das creches;
- relação com outros movimentos.

Nossas reuniões são às quintas-feiras na Câmara Municipal nos Gabinetes de nossos vereadores. Nestes gabinetes há também a centralização de informações.

Convidamos todos os diretórios de São Paulo e Grande São Paulo a participarem, enviando pessoas e sugestões.